

Ulysses desiste de ampliar o plenário

CORREIO BRAZILIENSE

ANC 88
Pasta Outubro/86
088

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara dos Deputados, não apenas desistiu de executar o projeto de reforma do plenário daquela Casa para servir à Constituinte, nos termos do projeto concebido pelo arquiteto Oscar Niemeyer, como afastou a hipótese de qualquer pequena obra para ampliar o número de poltronas.

"Isso é recauchutagem", com essa expressão, o deputado Ulysses Guimarães recusou-se a autorizar a realização de uma pequena reforma, que importaria em ampliar as atuais 559 poltronas em cem para servir aos 559 constituintes. Assim o atual plenário da Câmara servirá para as reuniões da Constituinte, sem qualquer alteração.

PAINEL

Ulysses autorizou seus



assessores a estudarem formas de alisar o processo de modernização do atual painel eletrônico, instalado com tecnologia da Telefunken (alemã, e que está inteiramente obsoleto para os fins a que se destina.

A idéia é atualizar o painel eletrônico com tecnologia genuinamente nacional. Um alto funcionário da Câmara advertiu que já não é possível garantir o normal funcionamento da Constituinte com votação pelo método tradicional, isto é, através da lenta e can-

sativa chamada nominal.

O atual painel eletrônico deverá ser substituído por um novo, mais moderno e atualizado. A forma de contratação desses serviços está sendo estudado pela assessoria do presidente da Câmara dos Deputados, com a recomendação de urgente, uma vez que o novo instrumental terá que estar instalado a 1º de fevereiro do próximo ano.

Quando ao plenário em si, não haverá qualquer ampliação. Ficarão faltando apenas 100 poltronas. Os funcionários mais experientes da Câmara acham que os cem lugares não farão falta até porque só dificilmente todos os constituintes estarão reunidos ao mesmo tempo — havendo sempre uma distribuição do trabalho.

Público não debate Constituinte

Pouca gente compareceu ontem ao auditório da Embratel em Brasília para acompanhar os debates sobre o Dia Nacional de Reflexão sobre a Constituinte, gerados no Rio de Janeiro e transmitidos pela TV Executiva da Embratel. A data foi lançada pelo CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras) com o objetivo de retomar a discussão em torno da Constituinte junto à população.

No Rio, a discussão contou com a participação do reitor da Universidade de Brasília (UnB), Cristóvam Buarque, do reitor da PUC de Campinas, Eduardo Coelho, do presidente da Comissão do Negro do Ministério da Cultura, Carlos Moura, do representante da CNBB, padre Antônio de Abreu e da jurista Floriza Verucci, co-autora do novo Estatuto Civil da Mulher do Código Civil que está sendo preparado.

O ministro da Educação, Jorge Bornhausen, abriu os debates através de uma gravação em videocassete, ressaltando a importância da mobilização das universidades brasileiras na discussão da Constituinte.

A discriminação dos ne-

gros e das mulheres pela sociedade foi um dos assuntos abordados, além da liberdade. "A principal vocação da nova Constituição deve ser a liberdade" asseguraram os debatedores. "Apesar dos negros representarem 45 por cento da população do País, eles não participam do fruto do progresso alcançado pela Nação", disse Carlos Moura.

Floriza Verucci disse o mesmo com relação às mulheres. "As mulheres são a maioria, mas não participam ou participam muito pouco dos benefícios alcançados", destacou. Já o reitor da UnB, Cristóvam Buarque, defendeu a educação como o principal instrumento de libertação do homem. "É preciso libertar e educar, pois a educação com medo não liberta".

Na entrevista, Cristóvam Buarque defendeu a autonomia universitária, que deve ser projetada de acordo com os compromissos da Nação, estabelecidos na Constituição. Um item de destaque, segundo o reitor da UnB, é a restrição de contas ao povo dos gastos das universidades. Para ele, existem dois pontos fundamentais para que a educação seja bem defini-

da na Nova Constituição: dar toda liberdade às comunidades locais para que definam os rumos da educação, por elas considerada adequada e garantir a libertação de recursos para viabilizar a prática dos projetos.

Fora isso, acrescentou Cristóvam Buarque, temos que deixar que cada instituição de ensino invente, erre, crie, e aquelas que acertarem, servirão de catalizadores, atraindo as outras para o seu projeto.

Anny Birchall, coordenadora do grupo formado por funcionários do Ministério da Agricultura que participam do curso Constituição e Constituinte, ministrado pela UnB, com o apoio do CORREIO BRAZILIENSE, acha que o brasileiro não está habituado a participar. Na sua opinião, por esta razão o auditório da Embratel ficou vazio ontem.

Segundo Anny, a UnB, ao ministrar o curso, "está dando uma boa oportunidade aos brasileiros de participarem das discussões em torno da Constituinte. Mas o brasileiro é preguiçoso, não acredita nos políticos e os culpa pelos problemas que afligem a Nação".

Empresários querem influenciar

A composição do próximo Congresso Constituinte não será conservadora, mas terá um perfil nitidamente de centro. A previsão foi feita ontem (28) pelo presidente da Confederação Nacional das Associações Comerciais, Amauri Temporal, que se reuniu durante dois dias na sede da entidade, no Lago Sul, com 23 presidentes de associações comerciais, discutindo a participação dos empresários na política.

Temporal diz que a confederação e suas filiadas representam uma parcela do empresariado que deverá atuar mais de perto nas decisões políticas do País. Ele acha que o momento é de mudanças e que os donos de empresas querem mudar, "mas é preciso sa-

ber para onde vai mudar". "Nós defendemos a livre iniciativa, a economia de mercado e a retirada do Estado das atividades de controle e da participação direta na vida econômica", afirmou Temporal.

O Brasil, segundo o dirigente, "tem uma vocação centrada", e essa é também a sua vocação, disse Temporal. A decisão sobre quem o empresário vai apoiar, no entanto, cabe a cada um individualmente. O presidente da CNAC disse que a confederação e as associações servem apenas como estimuladores da participação dos empresários e intermediadores de encontros.

Durante muito tempo, os homens de empresa estiveram afastados da vida

política, tanto por culpa dos governos autoritários quanto dos próprios empresários. Desde novembro, porém, a CNAC (1.500 filiados) vem coordenando uma ampla campanha que inclui desde a conscientização dos comerciantes até a promoção de encontros e reuniões. Depois das eleições, a campanha, que ostenta o nome de "Liberdade, Sempre", prosseguirá com o acompanhamento dos parlamentares que foram apoiados pelos empresários e também dos que não foram. "Não é porque o lobby é uma palavra tabu que ele deixará de ser feito", avisou Temporal, que, em abril, realizará um congresso da CNAC em Brasília para aprofundar os contatos dos empresários com os parlamentares.

Médicos querem